



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N. /2010

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO (Do Sr. Deputado Chico Alencar)

Requer informações ao Ministro de Estado da Educação, relativas à adoção de livro didático pelos Colégios Militares.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam requeridas ao Ministro de Estado da Educação as seguintes informações, relativas à adoção pelos Colégios Militares do livro didático "História do Brasil - Império e República", Editora Bibliex, para os aluno(a)s do sétimo ano:

1. O Ministério da Educação fornece livros didáticos aos colégios militares, que são instituições públicas de ensino?
2. Os colégios militares têm autonomia para adoção de livros didáticos, sem qualquer supervisão e orientação do Ministério da Educação?
3. O Ministério da Educação tem conhecimento da adoção do livro didático "História do Brasil - Império e República" nos colégios militares?
4. Sabe-se a importância do ensino da História para a formação da cidadania, e que a interpretação de eventos históricos deve possuir amparo documental ou fático. Nesse sentido, como os livros didáticos fornecidos pelo Ministério da Educação às escolas públicas abordam o período histórico de 1964/1985, conhecido como Ditadura Militar?

5. Podem ser adotados por colégios públicos livros que enfoquem esse período de forma a legitimar o regime autoritário, omitindo a prática de tortura e legitimando a censura?
6. Conhece este Ministério o enfoque que o livro didático "História do Brasil - Império e República" confere ao período histórico conhecido como Ditadura Militar? Caso afirmativo, qual a posição do Ministério como órgão responsável pela coordenação geral das políticas educacionais de governo?

JUSTIFICAÇÃO

O Jornal Folha de São Paulo, na edição do dia 13 de junho de 2010, intitulada “Livro do Exército ensina a louvar a ditadura”, informa que os colégios militares adotam livros didáticos em que a história do golpe de Estado de 1964 e o posterior período de ditadura militar são justificados e legitimados. Nestes livros poder-se-ia ler pérolas como essa: “Nos governos militares, em particular na gestão do presidente Médici, houve a censura dos meios de comunicação e o combate e eliminação das guerrilhas, urbana e rural, porque a preservação da ordem pública era condição necessária ao progresso do país”.

Compreendemos, como diz nota da Associação Nacional de História (ANPUH), de 5 de agosto de 2010, que “os eventos históricos são passíveis de interpretações diferenciadas”, mas, a ser verdadeiro o teor da reportagem supracitada, veracidade que esperamos seja verificada por este Ministério, estamos frente a uma adulteração dos acontecimentos, pois “toda interpretação histórica deve estar amparada em documentação e em evidências palpáveis”. No caso, o que temos é a deturpação proposital e ideológica “de acontecimentos lamentáveis nos quais estiveram envolvidos determinados setores das Forças Armadas brasileiras, que “precisam ser publicizados e lembrados para que não venham novamente ocorrer”.

Diante de fato de tamanha gravidade, se faz necessário obter do Ministério da Educação informações relativas à adoção do livro didático "História do Brasil-Império e República" pelos colégios militares, sob pena de conivência e falta ao dever fiscalizatório ao qual está incumbido o Poder Legislativo.

Requer, assim, o encaminhamento à esta Casa Legislativa de todas as informações, inclusive cópia de documentos.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 18 de agosto de 2010.

CHICO ALENCAR
DEPUTADO FEDERAL
PSOL/RJ